

## **Agronegócio, Genocídio Indígena na Fronteira Entre o Paraguai e o Mato Grosso do Sul**

**Daniela Corrêa Nachif**

### **Resumo**

Este artigo se propõem a reconstruir criticamente a formação das bases econômicas, sociais e territoriais do estado de Mato Grosso do Sul, a partir de uma perspectiva descolonial, analisando a ação da atividade agropecuária, desde a divisão do estado, no período que compreendeu a Ditadura Militar, e sua relação com o genocídio das etnias indígenas locais: Ofayé Xavante, Kadwéu, Guató, Terena e Guarani, Kaiowá. Apagando histórias, se apropriando da cultura dos povos originários, como tentativa de forjar uma identidade para o estado.

Palavras-Chave: agronegócio, descolonial, ditadura militar, genocídio indígena, histórias locais

## **Agronegócio e genocídio indígena na fronteira entre o Paraguai e o Mato Grosso do Sul**

[...]Sobre a dor de ser índio, mas também sobre a glória de ser índio[...] (Darcy Ribeiro, *Testemunho*, 1990, p.62)

Minha proposta é a de reconstruir criticamente a formação das bases econômicas, sociais e territoriais do estado de Mato Grosso do Sul, a participação da atividade de exploração agropecuária nessa formação, desde sua criação, no período em que a Ditadura Militar governou o país, sua relação com o genocídio das etnias indígenas locais: Ofayé Xavante, Kadwéu, Guató, Terena, Guarani, Kaiowá; e o poder político que os produtores rurais exercem desde o golpe na região há pouco mais de quatro décadas. Não só em nível local mas em todo o território brasileiro, `a exemplo da Bancada Ruralista<sup>1</sup> presente tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal.

O panorama nacional da expansão agropecuária servirá de base para tecer a fazenda que encobre a face predatória do agronegócio, não só pela ação violenta no campo, como por meio da atuação de deputados e senadores eleitos para defender a produtividade e a competitividade do setor. Todavia, o espaço ocupado pelo território sul mato-grossense e a zona fronteira com o Paraguai permanecerão recorte, ocupando lugar central na pesquisa .

A demanda por terra no estado de Mato Grosso do Sul, já avança para além da fronteira com o Paraguai. Segundo dados da pesquisa que o Observatório de Olho no Paraguai<sup>2</sup> , parte de um projeto de investigação do agronegócio no país, e agora inaugura um observatório pra documentar a movimentação do segmento no país vizinho. A investigação revela o avanço dos latifundiários brasileiros em terras paraguaias. Nos departamentos localizados na fronteira, (os equivalentes aos nossos estados), a porcentagem de propriedades rurais nas mãos de brasileiros chega a 60%. Em todo o Paraguai essa porcentagem atinge 14,2% do total.

---

<sup>1</sup> A bancada ruralista é composta por parlamentares que, mesmo não sendo proprietário rural ou da área de

<sup>2</sup> <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai>

### VEJA ONDE OS BRASILEIROS TÊM MAIS PROPRIEDADES

Esses são os departamentos onde eles têm maior participação no total de títulos de terras, em %



Empresários brasileiros são donos de 14% das terras rumo à planície do *Chaco*, a região menos habitada do Paraguai que não costuma aparecer nas histórias de fazendeiros brasileiros, mas eles estão lá, principalmente na fronteira com o Mato Grosso do Sul. Por ali se multiplicam casos de desmatamento e conflitos com povos indígenas, em ambos os lados da fronteira. Esses grandes proprietários de terra, tem negócios nos dois países, com casos de expulsão de camponeses e desmatamento, do lado paraguaio; e casos de fazendeiros com propriedades em regiões de conflitos, do lado brasileiro. Dos 3.634.565 hectares vinculados aos cem maiores proprietários do Paraguai, 12,57% pertencem a 16 brasileiros, que possuem 456.906 hectares.<sup>3</sup>

A partir de 2016, um novo golpe se impõem por sobre direitos conquistados em décadas de luta dos trabalhadores rurais e etnias indígenas em torno da homologação de suas terras, e do reconhecimento dos direitos assegurados na carta de 1989. O país sob o governo do golpista Michel Temer, não homologou nenhum território tradicional<sup>4</sup>. Conforme os dados na tabela a seguir:

<sup>3</sup> Dados do Observatório: De olho nos ruralistas/de olho no Paraguai

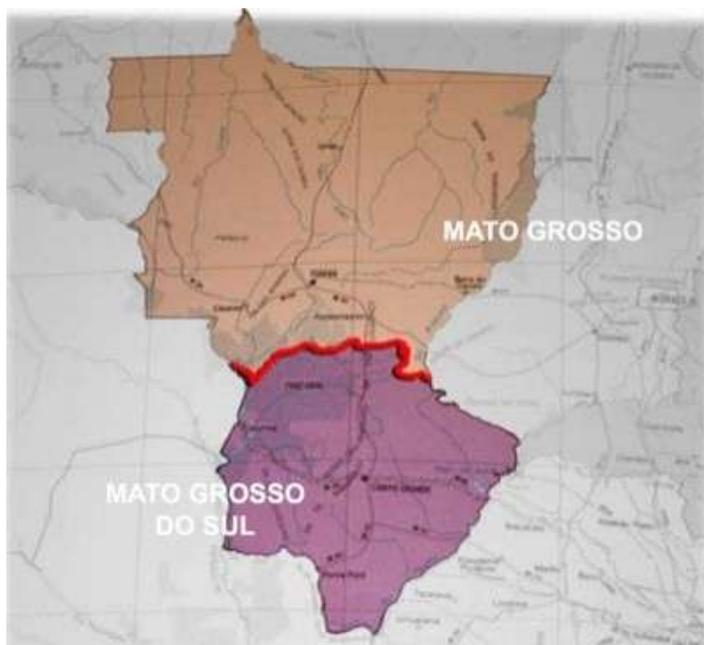
<sup>4</sup> Relatório Violência contra os povos indígenas do Brasil dados de 2016. do CIMI (Conselho Indigenista Missionário, 2017)

|                           |                        |     |  |
|---------------------------|------------------------|-----|--|
| Itamar Franco             | Out. 1992 – Dez. 1994  | 18  |  |
| Fernando Henrique Cardoso | 1995 – 2002            | 145 |  |
| Luiz Inácio Lula da Silva | 2003 – 2010            | 79  |  |
| Dilma Rousseff            | Jan. 2011 – Ago. 2016  | 21  |  |
| Michel Temer              | Agos. 2016 – Dez. 2016 | 0   |  |

Fonte: Cimi

No âmbito do golpe parlamentar, a retomada da discussão acerca do Marco Temporal na homologação das terras indígenas, são um indício da atuação da Bancada Ruralista no congresso. Sua influência é tal que ultrapassa a atividade econômica, influenciando na política e tendo participação na divisão do estado de Mato Grosso formando um novo estado, o Mato Grosso do Sul.

No mapa abaixo o estado de Mato Grosso antes e depois da divisão em 1977.



O estado do Amazonas e do Mato Grosso do Sul, são os dois estados com maior número de indígenas do Brasil, ilustram a maior lista de procedimentos emperrada. No Amazonas são 199 terras nesta situação, e no Mato Grosso do Sul, 74 terras esperam homologação. Esses números estão expostos na tabela abaixo.

| TO    | 3   | 2  |    |    |   | 4   | 9   |
|-------|-----|----|----|----|---|-----|-----|
| Total | 169 | 62 | 16 | 53 | 6 | 530 | 836 |

Fontes: Cimi, Comunidades indígenas, Fundação Nacional do Índio - 25/09/2017



A luta pela demarcação de seus territórios tradicionais empodera os povos, já que não é possível exercer o modo de vida indígena sem estar n

RELATÓRIO – Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2016  
Conselho Indigenista Missionário - Cimi

46

O relatório publicado pelo CIMI escancara a morosidade dos processos de homologação nos governos do Partido dos Trabalhadores. Nesse caso é importante compreender e sistematizar a atuação política dos grandes latifundiários, oligarquias que se mantiveram no poder, mesmo durante governos progressistas. Com a atuação dessas oligarquias o projeto de expansão agroindustrial torna-se assim uma “máquina de organizar interesses no quadro das relações conflituosas entre segmentos da iniciativa privada e o Estado” (Graziano, 1998, p. 100).

Apesar de seu discurso liberal o agronegócio nunca deixou de depender da regulação do Estado. Procurando manter o apoio estatal e o financiamento da atividade, o setor aumenta a pressão sobre o governo reforçando as consequências de uma retração do setor para a economia, a medida em que os processos de industrialização se ampliam. O complexo produtivo agroindustrial depende da renda do campo, para tanto, atua regulando o próprio setor. Quando há ganhos implementa novas tecnologias, quando há perdas corta despesas e postos de trabalho. Desta forma minimiza as perdas e mantém seu

ganho.

Essa política latifundiária que foi implementada pela Ditadura Militar, continua em vigência, capitalizando o setor e impedindo que outras dinâmicas sejam implantadas, dependente do financiamento estatal e incapaz de incluir um sem número de agricultores que foram deixados de fora desse projeto de modernização. Em se tratando da geração e do fluxo de produtos agrícolas, as transformações econômicas do setor – segundo a ABAG (Associação Brasileira de *Agribusiness*), um sistema considerado o “maior negócio do país” – se apresentava no curto prazo como única saída para a inclusão do Brasil na economia mundial. (ABAG, 1993; p.9). Como gostam de bradar os fazendeiros, ou como queiram, os empresários rurais são quem sustenta a nação, então, estes se mantêm de pé com as rédeas da política e da economia do país nas mãos.

Para justificar o incentivo do Estado à produção agrícola há um longo caminho histórico a percorrer. A agenda liberal, dos governos pós Ditadura Militar, sustentava que a necessidade de um plano de “segurança alimentar” era a prioridade e motivo da continuidade dos investimentos no setor. O segmento era considerado como de maior vantagem competitiva, e seu protecionismo era combatido por quem tinha como objetivo a alavancagem para a participação no mercado internacional. A atividade agrícola, assim como a pecuária defendiam uma política cambial que mantivesse a moeda em um patamar não tão alto, que possibilitasse um ganho maior nas exportações que eram sempre em dólar. O objetivo sempre foi produzir para o mercado externo.

Essa manipulação de informações acerca dos verdadeiros interesses do setor em discutir o protecionismo da agricultura praticado em países de primeiro mundo, era apenas uma distração, pois suas razões eram corruptas. O Brasil intencionava exportar sua produção agrícola e com este objetivo invertia o discurso demonizando os países que protegiam seus mercados internos e seus produtores.

Ao longo dos governos democráticos o setor foi exigindo uma participação maior na política externa, o que incidiu na necessidade de institucionalizar a atividade, para assim seguir financiando a produção e não só apoiando a exportação. Desta forma, o setor vêm se sobrepondo às necessidades sociais demandadas pelo homem do campo,

utilizando recursos públicos para garantir vantagens. Nesse sentido, a criação de mais uma unidade federativa vinha de encontro ao projeto do setor agrário. A divisão do estado, permitia que a gestão de seu território finalmente ficasse nas mãos dos Campo-grandenses, que com a cidade de Campo Grande alçada à posição de capital, deixa de estar submetida à antiga capital Cuiabá.

Assim por diante o estado passa a receber recursos diretamente do Governo Federal, adquirindo responsabilidade pela gestão da saúde, educação e meio ambiente. Elegendo deputados estaduais/federais, senadores, e criando secretarias. Possibilitando que seus políticos assumissem uma participação mais efetiva no jogo democrático. A partir daí, essa parte do estado do antigo Mato Grosso, conseguiu investimentos em infraestrutura, incrementando as exportações e ampliando ainda mais o crédito para o agronegócio. Pela ótica do desenvolvimento, o latifúndio como política principal, pode parecer algo “moderno”, um negócio de sucesso, motivo de orgulho, mas como política de estado é um projeto obsoleto que impede a igualdade social no campo. Centrado no valor da terra, os grandes latifúndios são um projeto de destruição da vida, alinhado em concepções políticas e sociais arcaicas, que sobrevivem justamente pela manutenção desse atraso.

A propriedade privada em grande escala oferece para além dos ganhos financeiros, o benefício do poder, uma conformação excludente, ao passo que, neste planeta para se ter uma morada é preciso antes possuir recursos, na falta destes os homens devem vender sua força de trabalho, sua energia vital em troca de casa e comida, tendo suas vidas espoliadas assim como a terra que lhes foi e é retirada enquanto esses ainda se levantavam para lutar por ela.

Essa lógica se perpetuou mesmo no programa de desenvolvimento dos governos Lula e Dilma. Travestida de ação fortalecedora da produção nacional, essencialmente centrada na cadeia produtiva do agronegócio: indústrias nacionais envolvidas com processamento, transporte, beneficiamento e armazenamento de grãos e frigoríficos, enfim, tudo que envolve a exportação de commodities. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores encarnam o passado, uma vez que investiram em alianças com a burguesia

brasileira, mais precisamente com o agronegócio e empreiteiras (Domingues, 2016). Com intuito de mostrar um Brasil maior, capaz de ser um *player* mundial, seguiu financiando, por meio do BNDES, a internacionalização de empresas desse segmento a expandir suas bases para fora do país. Com a confiança redobrada no país sob os governos do PT, como membro do BRICS, o Brasil dá continuidade a sua predileção pelo desenvolvimentismo centrado na produção agropecuária. O PT vai ao encontro da possibilidade de concretizar o seu projeto de desenvolvimento.

Esse desenvolvimentismo liberal não fazia parte do acordo que o partido fez com a sociedade e com seus eleitores, compromisso firmado na Carta ao Povo brasileiro, escrita por Luíz Inácio Lula da Silva em 22 de junho de 2002, que aqui reproduzo uma pequena parte:

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas. Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral. O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo. A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que têm esse

conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.<sup>5</sup>

No céu do Brasil a estrela que guiava o Partido dos Trabalhadores se perde, “esquecendo-se da questão democrática, o partido fechou os debates, impedindo a participação dos movimentos sociais no próprio partido, e defendendo a institucionalidade liberal-democrata” (Domingues, 2016).

As alianças que o governo do PT fez com o liberalismo de vocação agropecuária impediu que os processos de homologações de terras indígenas caminhassem, colocando em risco todo um modo de vida das comunidades tradicionais, assim como seu acesso aos direitos, como saúde, educação e a preservação de sua moradia, a natureza. Os direitos conquistados por essas comunidades são periodicamente contestados em seu valor, seu modo de vida encarado como um entrave ao desenvolvimento da economia, como se fossem esses povos a causa das diversas crises e embates que são parte da ocupação do território para a produção de commodities.

O governo petista entra em contradição até mesmo com o conceito de desenvolvimento que vai sendo construído pelos economistas desde os anos 1970 (desvinculado de crescimento econômico e mais voltado a bens intangíveis), e em pauta pela ONU/PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) através dos índices de IDH, em conformação com os objetivos do milênio e agora ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

Essa narrativa esconde e camufla o liberalismo exacerbado do agronegócio a demandar do estado mais recursos, menos impostos, leis trabalhistas “flexíveis” e proteção de suas terras pelas forças de coação exercidas pelo exército e pela polícia. Os povos indígenas são encarados como inimigos a impedir o avanço e o progresso da atividade fim de nossas terras e riquezas, a extração de tudo que é chão e alicerce que da vida e alimento, sustento da natureza.

No estado de Mato Grosso do Sul, e em sua grande linha de fronteira com o Paraguai, atravessam sujeitos, línguas e nacionalidades, lugar onde culturas diferentes se misturam em um trânsito constante. Essa mistura de gentes é encarada como obstáculo

---

<sup>5</sup> Publicada no Jornal A Folha de São Paulo em 24/06/2002.

ao projeto de homogeneização da região, empreendido antes mesmo da divisão do estado do Mato Grosso.

A região de fronteira, é vista como um “espaço vazio”, disponível para a ação colonizadora promovida pelo Estado. Procurando a partir dessa empreitada se alinhar às técnicas modernas e ao capital, tentando equacionar a ocupação desta parcela do território ao desenvolvimento da exploração mercantil. Entretanto, a população que atravessa e é atravessada pela linha de fronteira impôs resistências diversas à lógica e ao controle do Estado. Esse cenário de resistência persiste ainda hoje. A colonização interna tinha como intuito a exclusão dos paraguaios, *bugres*, índios, e toda uma gente mestiça nascida desse atravessamento, negando essa mistura que é característica dos lugares de fronteira. Essa diversidade cultural fronteira é também lugar de preconceito, sua posição periférica e sua população são historicamente marginalizadas.

Longe da capital nacional e dos grandes centros do país, o cotidiano de violência permanece fora da mídia. O conflito pela terra recebe uma parca cobertura, que segue privilegiando a perspectiva do mercado e produção de commodities, em detrimento das vidas que se perdem nesse embate. No entanto, o ativismo digital e os canais de mídia alternativa têm conseguido ultrapassar as fronteiras regionais e expor a situação dos indígenas na fronteira. Com a intenção de chamar atenção para a perspectiva do outro, do índio que é sistematicamente ignorado, retirando esse índio do imaginário, uma condição que se cristalizou no tempo, mas que como continua resistindo ao destino, deixar de ser índio para ser pobre.

Para explicitar a invisibilidade da luta indígena pela terra na região de fronteira, ao longo da pesquisa, caberia inserir um levantamento a respeito das notícias na grande mídia em relação à cobertura feita pela mídia alternativa. Em grande medida a cobertura dada a esses acontecimentos são parte da violência contra esses povos e seus direitos.

A condição de periferia da fronteira sul vem sendo utilizada como vantagem pelos agentes que se colocam à serviço do desenvolvimento agropecuário na região, onde *players* nacionais e estrangeiros avançam sobre os territórios indígenas, com aval do Estado. Historicamente, a desigualdade tem relação particular com a concentração de terra. No Brasil, há um vínculo entre a propriedade da terra e o exercício do poder político.

Num estado de vocação agropecuária como o Mato Grosso do Sul, a Bancada Ruralista mantém os interesses do setor em pauta, dominando emendas e propostas que oportunizem a sonegação fiscal, a exemplo do modo como é conduzida a declaração do Imposto Territorial Rural (ITR). Durante o regime militar, o cálculo do ITR foi alterado três vezes, em 1965 quando da regulamentação do Estatuto da Terra, em 1972 e em 1980.

No entanto, o baixo valor das alíquotas cobradas, o baixo valor da base de cálculo (o “valor da terra nua” obtido por meio de autodeclaração dos proprietários) e a evasão fiscal, impediram que os objetivos fiscais e a reforma agrária fossem alcançados. (Felipe Maia Guimarães Silva, 2014 p.195)

Essa legislação unilateral é em grande parte responsável pelo aprofundamento da desigualdade no campo. Os proprietários declaram suas propriedades, e estas não são questionadas nem verificadas pelos órgãos competentes. Outro estudo promovido pela FGV em 1978,

[...] sugeria ainda que o ITR efetivamente tributava mais os pequenos proprietários e as empresas rurais que os latifúndios. Havia ainda subdeclaração dos valores informados pelos proprietários sem que o INCRA, órgão competente para tanto, exercesse fiscalização. Mesmo assim, devido à evasão direta, o ITR arrecadava apenas 55% do valor emitido nas declarações, sendo que 30% dos imóveis eram devedores. A evasão concentrava-se nos latifúndios por dimensão, entre os quais 91% dos imóveis registrados eram devedores e que pagavam apenas 8% do valor emitido (GRAZIANO DA SILVA, 1982, cap. 10).

A concentração de terra em grandes latifúndios, está ligada `a captura de recursos naturais e bens comuns, `a degradação do meio ambiente e `a formação de uma elite poderosa voltada `a produção de commodities para exportação, não produz alimentos, exatamente a paisagem que domina o Mato Grosso do Sul.

Isolada por grandes distâncias, a capital Campo Grande, assim como as cidades de fronteira, possuem um comando militar e uma base aérea com intensa atividade. O Comando Militar do Oeste. Esse contingente militar é utilizado sempre que conflitos entre indígenas e latifundiários ocorrem. A medida em que não há um inimigo externo, as forças nacionais são utilizadas para manter a preservação e a expansão do território, e o controle sobre a população. Tal Estado está posto, diante da sociedade civil, em posição radical de autonomia, restaurando e iniciando sua história com a única alternativa

econômica compatível com a vocação da sua estratégia territorialista (Werneck Vianna, 1996).

A continuidade da lógica dos grandes latifúndios mantém presente seu compromisso com o passado, o Brasil, caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva (Werneck, 1996) é responsável pelo genocídio indígena. O estado de Mato Grosso do Sul, segunda maior concentração de etnias depois do Amazonas, região ocupada por grandes latifúndios, extinguiu não só as vidas indígenas mas toda a vegetação do cerrado. Para abordar esse passado e relacioná-lo com o presente, desarquivei textos de intelectuais brasileiros de campos e disciplinas distintos, que se ocuparam de pensar o Brasil, a criação da Nação e do Estado, no período em que está centrada minha pesquisa.

No entanto, estes textos não podem mais ser lidos com a mesma inocência de quem não sabe, ou acredita ainda, que no futuro chegaremos a ser uma nação, vivendo uma democracia plena, com participação popular e que dê conta da heterogeneidade e diversidade a qual aspiram os progressistas. Esses autores, e teóricos do pensamento social brasileiro, se debruçaram exaustivamente sobre a formação da nação e do estado brasileiro, a cada nova ruptura, a cada teoria advinda de fora ou de dentro do país. Todo esse esforço em busca de compreender o passado, não nos imbuíram da capacidade de impedir que esse passado tão recente viesse a tona mais uma vez.

Essa constatação justifica a minha busca em reconstruir criticamente a formação das bases econômicas, sociais e territoriais do estado de Mato Grosso do Sul, que datam da divisão do estado do Mato Grosso em dois, fundando no Governo do Gel. Ernesto Geisel em 1977 o estado do Mato Grosso do Sul. Avançando pela Nova República, a promulgação da constituição cidadã em 1989 e as conquistas possibilitadas por ela. Sem deixar de lado o liberalismo exacerbado do governo Fernando Henrique Cardoso e a relação estreita dos governos de esquerda (Lula e Dilma) com o agronegócio e o neoliberalismo.

O atual cenário impõe retrocessos no campo dos direitos que incidem diretamente na vida do trabalhador rural e das comunidades indígenas. O novo governo e a forma utilizada por este para retirar do cargo a Presidenta eleita pela maioria dos votos em um pleito legítimo, abriu precedentes de desrespeito cotidiano à constituição. A revolução

passiva dessa vez foi orquestrada pela mídia, e pelos partidos com fortes ligações com grandes proprietários de terras e pelo próprio governo. Com participação especial da Bancada Ruralista aliada à Bancada da Bíblia.

Chega a ser irônico que atualmente um órgão financiado pela Igreja Católica seja um dos responsáveis pela divulgação da situação de exceção vivida hoje no campo. Entidade defende que os povos tradicionais não sejam expostos a mais uma doutrina religiosa. Publicando relatórios em parceria com embaixadas internacionais, com artigos escritos em conjunto com antropólogos, jornalistas, advogados e cientistas sociais.

Ao longo do tempo, o agronegócio incorporou novas tecnologias para vincular-se à dinâmica econômica e industrial, a agricultura de baixa renda e os pequenos produtores foram ocupando um lugar de estagnação, algo a ser superado pelo processo de mecanização do campo, considerado um processo irreversível, estimulado pelo Estado.

O projeto para o campo nunca foi de pequenas propriedades, como modelo norte-americano, um pequeno produtor com autonomia, plantando para o seu consumo e vendendo o excedente. Os grandes latifúndios sempre estiveram nos projetos dos governos desde a colonização,

[...] no Brasil, o ideário do colonialismo interno articulado com projetos de reforma social de sentido modernizador esteve fortemente presente na formulação dos agentes estatais. O espaço da fronteira, representado como “vazio”, maleável à ação racionalizadora do estado, de forma a estender suas capacidades de regulação e controle sobre a terra e sobre os homens, era simbolicamente ajustado a um projeto de reforma autoritária da estrutura agrária e social. A fronteira prestava ajuda a uma “solução global” da questão agrária, que combinava a modernização das grandes propriedades nas áreas de ocupação antiga, com a expansão do capitalismo agrícola para as regiões de fronteira, com abertura tanto para os grandes projetos, que viriam a recriar o latifúndio, quanto para a colonização de pequenos proprietários.<sup>6</sup>

O presente se encontra com o passado e o futuro ainda é uma incerteza. (Octavio Ianni, 1992). Para pensar as relações e dilemas entre passado e presente e as possibilidades do futuro, proponho uma revisão bibliográfica do autores que em cada década se debruçaram sobre as metamorfoses do Brasil moderno. O comportamento das elites agrárias que comandam não só a política, mas também a massa de trabalhadores

---

<sup>6</sup> SILVA, Felipe Maia Guimarães da, *A questão agrária e a modernização*, p.178.

rurais e urbanos. Duas forças que movimentam a sociedade civil e o Estado no estado do Mato Grosso do Sul.

A questão nacional é um tema constante no pensamento brasileiro, muitos autores, em conjunturas distintas da história do país, se debruçaram sobre os encontros e desencontros entre sociedade civil e Estado. Sobre as influências da diversidade nas formas de Estado, suas raízes, cultura, regiões, grupos étnicos e classes sociais.

Na esteira dos intelectuais brasileiros que se tornaram clássicos nas ciências sociais e políticas, que pensaram o Brasil da perspectiva dos centros político e cultural. Me proponho a pensar a desigualdade no campo e as relações desta com a racionalização do Estado, a partir da fronteira. O aprofundamento das desigualdades sociais e contradições do sistema econômico. Inseridos nesse contexto, estão não só os empresários rurais, mas as tecnologias, o planejamento governamental, e toda uma indústria que tem no poder público um grande aliado.

A legislação trabalhista que formalizou o mercado de mão de obra no campo, se modificou sem assistir o produtor rural que continua vivendo em condição de abandono, e mais uma vez, seus direitos encontram-se em risco. Com a vigência da reforma trabalhista, que “flexibiliza” as normas que caracterizam uma condição de trabalho como sendo análoga a condição de trabalho escravo, uma marca do retrocesso presente na história da nossa jovem democracia. O velho modo brasileiro de mudar pra manter.

O golpe parlamentar, jurídico e midiático, nos deu uma mostra do que estava por vir, com as medidas tomadas inicialmente, incidindo sobre os direitos e conquistas das mulheres, trabalhadores e comunidade LGBTQI+. Direitos estes, postos em xeque e utilizados como moeda de barganha com o capital a cada momento de crise.

### **A história começou errada e escolheu continuar errada**

Iniciada no governo Collor, e tendo continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso, uma década de devastação social, financeirização, privatizações e mais precarização social. A década de 1990, teve início com a aventura política de Fernando Collor, mas foi no governo de Fernando Henrique que esse ideal se concretizou em sua totalidade.

O Brasil mais uma vez reedita a tese de que suas mudanças operam sempre no sentido da manutenção do *status quo*. Nesse momento Collor foi a opção mais bem sucedida ante os riscos presentes no quadro eleitoral que tinham como adversários Lula e Brizola, que assustavam essa conjuntura. Mais um governo que segue com o ideário nacional recorrente de dar um salto para a modernidade-capitalista, continuando o projeto de modernização de Juscelino Kubitschek, os “cinquenta anos em cinco”. Centrado na produção para exportação, impedindo que nossas riquezas fossem consumidas por essa gente que a produz, importando produtos industrializados, sem criar um mercado interno, permanecendo na posição fornecedor de matéria prima.

Tudo caminhando de acordo com a cartilha neoliberal, entregando nossa produção aos capitais e monopólios externos. Seguindo-se assim a privatização do Estado o enxugamento da liquidez, a redução do déficit público, e a “modernização privatista” do Estado. E claro, utilizando uma prática secular de passar a conta aos trabalhadores assalariados.

A consciência de ordem do país está calcada no aqui e no agora, o que vêm impossibilitando planos a longo prazo, se negando a efetivar ações que visam uma perda inicial para ganhos mais posteriores. Nossa elite não gosta de empatar no primeiro tempo para ganhar no segundo (Ricardo Antunes, 2009), não deixa margem para mudanças radicais na política econômica e no padrão de acumulação. Ou seja, a erradicação da pobreza, a reforma agrária, a retenção das remessas de capital ao estrangeiro e uma proposta para por fim ao arroxó salarial. Todos os pontos que interessam aos trabalhadores são postos de lado.

Os segmentos que apoiaram o governo Collor sofreram com desemprego, e a recessão. O retrocesso dos planos Collor 1 e 2 desorganizaram ainda mais o país. Pretendendo sua inclusão no clube dos países ricos e desenvolvidos, ele moderniza sucateando o capital estatal, destruindo o pequeno capital e a tecnologia nacional. Tornando ainda mais pobres o enorme contingente de assalariados. A inflação e denúncias dominam os noticiários, o Plano Collor 2, é o reconhecimento da falência das medidas do Plano Collor 1. O governo então naufraga.

De toda forma o país continua se utilizando da mesma receita, desenvolver e modernizar, desconsiderando os obstáculos de natureza psicossocial e sociocultural

envolvidos que interferem, extensa e profundamente, na emergência da industrialização na sociedade brasileira. (FHC, 1974).

Um comentário a parte, é muito simbólico utilizar os textos escritos pelo Fernando Henrique Cardoso sociólogo, sabendo das ações e truculência com que ele governou o país quando teve oportunidade. Sendo ele também um dos que levaram a cabo esse projeto entreguista, utilizando para tanto formas tão truculentas quanto as utilizadas pelos governos militares.

Considerar a industrialização, em si mesma, como um fator independente de desenvolvimento no caso brasileiro, criou sérios dramas biológicos, psíquicos e sociais para o homem. A civilização alterou-se tão depressa, que o organismo humano, sua personalidade e capacidade de atuação social organizada sofreram comoções profundas, em diferentes tipos de ajustamentos. Em um país como o Brasil a invenção da máquina provocou desajustamentos ainda mais graves. Em razão de sua introdução mesmo na falta de uma experiência socializadora prévia. Sem participar desses processos o homem encontrava-se impossibilitado de entender o significado dessas mudanças e sua utilidade.

A análise sociológica demonstrou que a importação dessas técnicas, instituições e valores, explorados em ritmo acelerado sem oferecer o tempo necessário ao desenvolvimento do horizonte intelectual do homem brasileiro. Nada de novo sob o sol dos trópicos, estamos sempre a atropelar o presente procurando deixar o passado pra trás, no futuro vê-se o que é possível fazer.

Misturo os governos dos dois *Fernandos*, Collor e Henrique Cardoso, por que um é a continuação do outro, suas características pessoais diferenciam em muito o modo de ação mas, em essência, têm o mesmo compromisso com o neoliberalismo.

Mesmo nesse cenário houve um movimento do governo Collor em relação `as questões indígenas, algo que numa avaliação pessoal se deve a publicitação da situação em que esses povos viviam por meio do ativismo internacional que incluía artistas e órgãos internacionais de proteção ambiental.

A catástrofe da aventura liberal empreendida pelo governo Collor, desequilíbrio e instabilidade política com grande possibilidade de fratura institucional, apelou-se novamente para a preservação dos interesses dominantes. Utilizando a figura do vice, Itamar Franco, para a conciliação e continuidade do governo.

Itamar herdou uma situação tal que mesmo os partidos mais a esquerda se comportaram de maneira equivocadamente generosa com ele. A ambiguidade foi a marca de seu governo, Itamar fala no “social” e na “miséria” ao mesmo tempo que implementa um projeto de continuidade dos planos de Collor. Como uma síntese desse governo ambíguo e não menos liberal, seu discurso personifica novamente o passado, com seus objetivos escusos, muita boa vontade e nenhuma pretensão de mudança. Como se pode verificar a seguir:

Itamar critica a fome e concede mais de um bilhão de dólares a usineiros, fala em um projeto autônomo e independente mas dá continuidade às privatizações escandalosas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), chama Luiza Erundina para um ministério fraco e recruta Eliseu Resende para o Ministério da Fazenda, em vez de um imposto para o capital financeiro, tributa o assalariado que recebe pelos bancos. Propaga um “reformismo social” para os assalariados, que se exaure no plano discursivo e realiza de fato, um programa “modernizador” para os proprietários do capital.<sup>7</sup>

Num primeiro momento Itamar encontra-se com o passado e se insere no fluxo dos interesses dominantes. Trocamos de roupa mas mantivemos a carcaça intacta. Na sucessão presidencial, seu herdeiro Fernando Henrique Cardoso, foi agraciado com um aceno aos petroleiros, um ato meramente político, que servindo ao propósito de eleger o príncipe real, tão logo fosse eleito não se cumpriria, iniciando-se enfim a dilapidação do setor por meio de privatizações.

O governo de FHC, em sua sanha privatizadora, chegou ao ponto de militarizar o confronto entre os trabalhadores grevistas do setor petroleiro, com apoio da mídia e do que há de pior na política brasileira, a exemplo de Antônio Carlos Magalhães. Conseguindo assim construir uma imagem antipopular dos grevistas. Este governo assumiu os planos do outro Fernando, o Collor, dando continuidade de forma mais racional e não menos truculenta ao objetivo de tornar o país um enorme quintal do capital financeiro internacional.

Foi em 1994, que o Governo Fernando Henrique Cardoso, alterou a legislação do Imposto Territorial (ITR) e deixou de arbitrar o valor da terra nua mínimo (VTN), por meio da Secretaria da Receita Federal. Naquele momento, a União passou a caracterizar um imposto de caráter patrimonial como meramente declaratório, sem nenhum

---

<sup>7</sup> Antunes, Ricardo, Desertificação Neoliberal, p.22.

instrumento fiscal de controle sobre a base de cálculo do tributo da propriedade rural.

Embora a reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998 e a manutenção quase total de seu suporte político, confirmando a adesão da maioria em relação ao programa liberal, “o governo perdeu sua força política econômica e foi constrangido por enormes dificuldades econômicas. Assim, uma vez mais, revelaram-se a dependência externa e a fragilidade econômica do Brasil”. (Sallum, 2008)

Em suma na eleição de 2002, as forças políticas tentaram posicionar-se na ala esquerda do *establishment*. Isto significa mais controle do Estado sobre o mercado, mais incentivos estatais para as atividades produtivas e maior proteção do Estado para os mais pobres. Tudo isso sem romper com o molde liberal que coordena a coalizão sociopolítica no poder. (Sallum, p.49) Assim, a vitória do Partido dos Trabalhadores na eleição para a Presidência da República, embora tenha resultado em mudança na coalizão política governamental, ela não intenciona produzir qualquer ruptura na hegemonia liberal estabelecida nos governos anteriores. (Sallum, p.50)

O conjunto de reformas liberais implementadas nos anos de 1990 definiu o quadro institucional que regula as relações entre o Estado e o mercado e entre o sistema econômico nacional e o capitalismo mundial. Esse quadro não será alterado no médio prazo, pois ele materializa a nova perspectiva hegemônica na sociedade. A gestão econômica vêm se inclinndo cada vez mais para o liberal-desenvolvimentismo, e os governos de esquerda não agiram de forma diferente. Reforçaram as características centrais desse desvio hegemônico liberal. Nesse governo, a dependência externa e o Mercosul foram os elos mais frágeis de integração do país no capitalismo mundial. (Sallum, 2008)

De um lado, a incapacidade crônica de gerar poupança interna suficiente para sustentar investimentos ameaça o desenvolvimento econômico contínuo do Brasil. De outro, a fraqueza econômica e a política dos países membros do Mercosul no plano mundial e a falta de harmonia como bloco regional. Ademais, os Estados Unidos pressionam intensamente para subordinar o Mercosul a um processo de integração que compreende toda a América sob sua liderança.

Na última década o projeto progressista instaurado pelos governos de esquerda, com seus erros e acertos, proporcionaram alguns avanços importantes no campo dos

direitos. De toda forma, o governo seguiu acenando com investimentos graúdos para o agronegócio. Uma atitude entre muitas que demonstra que o passado do desenvolvimento de base agropecuária é um aspecto a colonizar nossa economia mesmo em governos de esquerda.

O que se observa é que, sobretudo nos governos trabalhistas realizou-se um pacto de classe com o agronegócio, neste modelo de desenvolvimento a principal estratégia econômica advém de um único setor. O Estado, com esse objetivo, se alia ao processo de fortalecimento do agronegócio, mantendo o nível de fragilidade econômica do setor que continua a depender e a cobrar mais financiamento e mais investimento em infraestrutura.

Temos assim um novo arranjo institucional nas relações entre os ruralistas e as estruturas de poder. Demarcando que o padrão de violência em relação aos indígenas se configura como estratégia na apropriação de terras, não apenas como ativo, mas como elemento fundamental de sua inclusão no sistema de crédito do país. Na apropriação dos fundos públicos, como lastro de atividade, não como valor, considera-se que o volume de crédito destinado ao setor está em patamares extremamente superiores ao valor patrimonial instalado nessas terras.

### **Violência no campo**

Nada me pareceu ser mais importante que a disputa pela terra, empreendida desde a colonização, entre fazendeiros assassinos e as etnias locais. Uma luta que é um massacre, a medida que as etnias aqui concentradas não podem sequer pensar na possibilidade de vitória frente às armas e todo o aparato político e jurídico que comanda o poder na região de fronteira. Grande parte do território brasileiro se atualiza das notícias do centro econômico e político do país, permanecendo invisível toda uma enorme faixa do território. Essa condição esconde o que acontece localmente, centrando o discurso na economia e, afastando do noticiário as questões mais importantes do âmbito regional. Essas questões quando são abordadas são colocadas como de segurança nacional, negando a participação nos processos, divulgando apenas as resoluções acerca dessas questões. Impedindo a participação da sociedade nas decisões e apresentando uma narrativa pronta e unilateral.

Com as instituições de apoio ao indígena sucateadas, e entregues nas mãos de seus detratores, impossibilitadas de exercer seu propósito fim, descortina uma situação que vêm se formulando antes do golpe de 2016. Já se podia imaginar que as comunidades seriam entregues à própria sorte. O país se encontra, governado por um regime oligárquico liberal avançado. Onde a democracia é apenas um simulacro, a medida em que não há lastro para sustenta-las.

Infelizmente, considerando o consumo em detrimento do acesso à políticas de base, a esquerda não conseguiu caminhar de encontro à democracia. Um projeto educacional, preocupado com a formação de uma massa crítica capaz de formar opinião sobre questões que afetam direta ou indiretamente a sua classe e a comunidade, não foram cumpridos. Recuando na implementação de uma educação inclusiva, para a comunidade LGBT, abandonando a agenda da diversidade e do respeito, nas escolas e nas instituições. Estas instâncias extrapolam os limites do que me proponho a pesquisar, mas são partes da mesma dinâmica que impede o avanço social na sociedade brasileira.

A situação indígena é grave, o Amazonas e o Mato Grosso do Sul, destacam-se no ranking de violência contra pessoas indígenas. Dos 118 óbitos distribuídos em 19 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), 44 óbitos por agressões ocorreram na área de abrangência do DSEI Yanomami. Outros 18 no DSEI de Mato Grosso do Sul.

“Os dados atualizados em 19 de setembro de 2017 apontam a preocupante existência de 836 terras indígenas, o que corresponde a 64,5% do total, com alguma providência a ser tomada pelo Estado brasileiro. Ou seja, com exceção das terras registradas, das reservadas e das dominiais, 836 terras apresentam pendências administrativas para terem seus procedimentos demarcatórios finalizados.” (CIMI)

O governo Temer, conforme o relatório, não homologou nenhum território tradicional. Amazonas e Mato Grosso do Sul, os dois estados com o maior número de indígenas do Brasil, ilustram as maiores listas de procedimentos emperrados. No Amazonas 199 terras estão nesta situação; em Mato Grosso do Sul, 74. Quem paga o preço pelo arquivamento das denúncias contra Michel Temer são as mulheres, os trabalhadores e os indígenas, os gays, os negros.

**A fronteira como lugar onde começa o Brasil e não onde termina o Brasil**

No bojo deste processo, novamente são chamadas `a cena as tensões estruturais antioligárquicas e anticoloniais que explodiram tantas vezes em guerras emancipatórias envolvendo o sistema escravocrata, os indígenas e camponeses. Agora porém, que a conquista do poder político pela esquerda que se propunha a reestruturar toda a ordem social, e erradicar as condições econômicas representadas pelos interesses, oligárquicos e imperialistas, do velho patriarcado civil e militar, não se realizaram, ainda é preciso por fim aos fatores causais que impedem o presente e o futuro do povo brasileiro.

Com o território já quase todo destruído e desmatado. O que fazia do Brasil um país rico, foi utilizado como barganha: a natureza e seus habitantes, florestas, cerrado e indígenas. Nossa fortuna se tornou nossa miséria. Uma vez que não foram alcançados os requisitos prévios que tornariam possível superar o enquadramento de dependência imposta pela atualização histórica, que pensamos estar mais próxima da superação nos anos Lula e Dilma.

Nos últimos anos, houve uma reorganização dos atores, impossibilitando o desenvolvimento autônomo não só do Brasil mas em toda a América Latina. Integradas no mesmo contexto interativo, as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas da América são componentes de uma mesma estrutura, contrapontos de uma mesma polaridade. Guardando suas características de estruturas assimétricas e complementares de um mesmo sistema.

Compelida durante a escrita da dissertação a rever criticamente minhas experiências frente `a evidência de um desastre político do qual éramos expectadores, na medida em que me encontrava novamente em proximidade com a fronteira. Convivendo de perto com o objeto que pesquisava no mestrado. O silenciamento ao qual eram submetidos os povos indígenas, enquanto crescia a violência no campo, me fazia constantemente reavaliar meu papel como cientista social, e minha responsabilidade enquanto estudiosa do período em país viveu sob um estado de exceção.

O acirramento dos conflitos me orientaram na direção do doutorado e na continuidade do tema, que considero dos mais relevantes, dado que nos encontramos novamente sob a égide de mais uma ruptura do processo democrático. Que apesar de manter a institucionalidade, essas já não possuem mais lastro, visto que, retirou o povo e os movimentos sociais do jogo político. Com um Congresso Nacional dos mais

conservadores dos últimos anos, representando o que existe de mais tacanho, que inclusive se orgulha do passado militar e quiçá colonial do país.

O panorama político e civil serviram para aumentar minhas convicções e ambições como pesquisadora, assim como outros tantos estudiosos da realidade brasileira, que são as de refazer os próprios esquemas conceituais com que realizamos nossas pesquisas e, a encarar como tarefa fundamental o estudo do momento atual, os dilemas do presente, e suas relações com o passado, e das possibilidades do futuro. Quando estamos sob uma nova ruptura, a nação é levada a pensar-se de novo, algumas vezes começando do zero, outras querendo continuar recorrente. “A questão nacional é um tema constante no pensamento brasileiro. Diz respeito a como se cria e recria a nação, em cada época, conjuntura ou ocasião.” (Octávio Ianni, 1992).

Para empreender minha pesquisa, tomo a região de fronteira como uma perspectiva outra (Mignolo, 2003), em oposição ao lócus central do país onde foi construído o pensamento social e político que me serve hoje de base teórica para este projeto.

A pesquisa bibliográfica dos textos citados e referidos no projeto, assim como dados secundários: pesquisas realizadas pelos observatórios De Olho nos ruralistas, De olho no Paraguai, com dados recentes sobre a apropriação de terras e a violência no campo levantados pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário) na região de fronteira entre Brasil e Paraguai. Assim como dados de instituições ligadas ao tema do agronegócio, questões indígenas e fundiárias e outras fontes oficiais, tais como IBGE, FUNAI, FUNASA e etc. Bem como uma análise da mídia tradicional e alternativa acerca da cobertura dos conflitos na região, que abrange a concessão de tevês e rádios aos políticos e empresários locais, que são parte interessada como proprietários de terra e como empresários rurais.

Reunindo estudos sociológicos e históricos dos períodos que compreendem meu recorte teórico, deverão ser acrescentados os artigos e teses que abordem a ruptura democrática no pós-golpe de 2016.

Colocando no centro do debate onde os fatores responsáveis pela perpetuação da violência no campo e o avanço do agronegócio sob a proteção e o financiamento do

Estado. Que representam duas forças históricas, uma que pretende reter o passado e outra que precisa construir o futuro.

Os textos clássicos, como os de: Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Otavio Ianni, Luiz Werneck Viana, Fernando Henrique Cardoso, utilizados por mim como matéria prima para por meio de uma perspectiva outra, com uma proximidade maior com cenário onde esses atores encenam sua luta. Latifundiários poderosos e armados que guerreiam há séculos contra comunidades tradicionais desarmadas e sem possibilidade nenhuma de lutar em condição de igualdade.

Retomando os textos, tudo que foi escrito sobre o Brasil, no Brasil, por brasileiros ao longo do tempo, desde que se começou a construir um pensamento político e social brasileiro, até os dias atuais, se ocupou de entender e teorizar `a respeito da Nação e do Estado brasileiro, todos os processos estão catalogados. Do presente momento tomo esses textos como causa, partes de um todo que se entrelaça. Com o intento de desvendar o presente, utilizando as palavras de Octávio Ianni, deixamos para o futuro a tarefa de organizar o passado. Do presente vemos que os pequenos grandes avanços que tivemos nesses poucos anos de democracia nos trouxeram novamente a um estado de exceção. Esse ciclo absurdo já foi e continua sendo motivo de piada, enquanto rimos, de forma descarada, o passado nos alcança no futuro, cá estamos novamente empreendendo esforços para, de dentro da academia, procurar mais uma vez entender como funciona o Brasil. Temos toda a teoria necessária para que não se faça novamente um compromisso a ser pago no futuro.

Por meio desse percurso literário, que não só eu percorri mas todos os colegas de áreas a fins percorreram, tomo a fronteira não como o lugar onde termina o país, mas como centro e início, onde começa o Brasil.

### **As principais referencias teóricas que nortearam a pesquisa**

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os Barões da Federação os Governadores e a Redemocratização Brasileira, 1998. Editora HUCITEC, Departamento de Ciência Política, USP. Coleção comentário. São Paulo, SP.

ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no brasil (Collor, FHC e Lula) Campinas, 2004, Editora Autores Associados Ltda.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica. Quarta Edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

CASTILHO, Alceu Luis, STANKEVICIUS BASSI, Bruno e VENDRAME, Fábio. O controle de terras por estrangeiros no Brasil: Panorama geopolítico, aspectos legais e macro-tendências OUTUBRO DE 2017.

CINTRA, Antônio Otávio. Reforma política no brasil. Editora UFMG, 2007. Belo Horizonte, MG. Organizadores Leonardo Avritzer e Fátima Anastasia.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório – Violência contra os povos indígenas no Brasil –; dados de 2016, CIMI.

FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil, Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira, 1960. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, SP.

\_\_\_\_\_. Sociologia numa era de revolução. Companhia Editorial Nacional, São Paulo, Biblioteca Universitária – série 2 – Ciências Sociais volume 12 direção Florestan Fernandes.

GRAMSCI, Antônio. Poder, Política e Partido, organizador Emir Sader, 1 edição, Editora Expressão Popular, 2005. São Paulo, SP.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil, 26 edição, 30 reimpressão, 2008, editora Schwarcz Ltda São Paulo, SP.

IANNI, Octávio. A ideia de brasil moderno, 1992. Editora Brasiliense, 1992. Tatuapé, São Paulo, SP.

\_\_\_\_\_. Estrutura Social e Desenvolvimento, Editora Civilização Brasileira, 1965, Rio de Janeiro, RJ.

MACHADO, Silvio Marcio M. e CARLINI, Eduardo Luiz D. Goyos – "Expedição Marco Veron" e a luta do povo Guaraní Kaiowá em Mato Grosso do Sul, link acessado em novembro de 2017. <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/issue/view/38>

PEREIRA, Luiz. Trabalho e desenvolvimento no Brasil, 1965. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, SP.

SALLUM JR, Brasília. Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX. 2003 – Revista Brasileira de Ciências Sociais, volume 18, número 52. São Paulo, SP.

SILVA, Felipe Maia Guimarães; Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.  
Título: Questão agrária e modernização no Brasil, Ano de obtenção: 2014. Orientador: Luiz Jorge Werneck Vianna.

SOUZA, José Gilberto de. A questão indígena: acumulação por espoliação e monopolização do território (a economia política do agronegócio). João Pessoa: Prima Facie, v. 12, n. 22., Ano 12, Jan-Jun 2013, p. 1-42.

SZWAKO, José. Escuta [escuta especial conjuntura] o fascismo contemporâneo brasileiro ou o mundo segundo o conservadorismo, link acessado em outubro 2017.

<https://revistaescuta.wordpress.com/2016/05/18/escuta-especial-conjuntura-o-fascismo-contemporaneo-brasileiro-ou-o-mundo-segundo-o-conservadorismo/>

WERNECK VIANNA, Luiz. Caminhos e descaminhos da revolução passiva `a brasileira. Publicado originalmente em Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 39, número 3, 1996. Rio de Janeiro, RJ.